

**HABEAS CORPUS Nº 502.245 - SP (2019/0094341-4)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : FERNANDO RODOLFO MERCÊS MORIS - SP147338**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MARCOS JOSE GOMES COSTA (PRESO)**  
**OUTRO NOME : MARCOSO JOSE GOMES DA COSTA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **MARCOS JOSÉ GOMES COSTA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que, "Inconformado com a r. decisão de fls. 34/35, do Juízo da Vara das Execuções Criminais da Comarca de Presidente Prudente, que **indeferiu** seu pedido de progressão ao regime prisional semiaberto, agrava Marcos José Gomes da Costa postulando a reforma do r. "decisum", aduzindo preencher todos os requisitos exigidos para a concessão da benesse" (e-STJ, fl. 4, grifou-se).

De seu turno, o TJSP desproveu o recurso (e-STJ, fl. 3-8).

Neste *writ*, alega a impetrante, em confusa petição, que "A lei federal n. 10.792 que entrou em vigor no dia 1º de dezembro de 2003 não mais exige o prévio parecer da Comissão Técnica de Classificação e o exame criminológico do reeducando para a instrução do pedido de progressão de regime, sendo suficiente, além do requisito temporal, a comprovação de bom comportamento carcerário emitido pelo Diretor do estabelecimento prisional." (e-STJ, fl. 10).

Ao final, requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que "seja **CASSADO O JULGADO DO AGRAVO EM EXECUÇÃO** pelo TRIBUNAL-COATOR, **MANTENDO-SE A DECISÃO MONOCRÁTICA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS LEGAIS (???)**, EIS QUE CONDIGNA COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL, permitindo assim o cumprimento progressivo da pena nos termos do artigo 112 da LEP, por ser a expressão da mais lúdima JUSTIÇA!" (e-STJ, fl. 23).

**É o relatório.**

Decido.

Em que pese não haver nos autos a decisão do Juízo da Execução que a impetrante quer que seja mantida, a concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Mesmo porque, para preservação do princípio da colegialidade, não é recomendável que seja deferida tutela de urgência que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014), e que será analisada em momento oportuno.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Presidente Prudente/SP acerca da situação processual do paciente, com envio de cópia da decisão que indeferiu o pleito de progressão, por meio de malote digital, preferencialmente, bem como a senha de acesso para a consulta ao processo 0010383-32.2018.8.26.0996 e ao processo de execução, no prazo de cinco dias.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

